



## PARTE B

### COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

#### Despacho n.º 13585/2010

A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) procedeu à abertura de procedimento para selecção de pessoal para preenchimento de até duas vagas de técnico superior, no âmbito dos mecanismos de mobilidade interna, conforme deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 25 de Junho de 2010.

Apresentaram, posteriormente, requerimento de mobilidade no âmbito deste procedimento, as licenciadas Ana Filipa de Sá Oliveira Gala e Ana Cristina de Carvalho da Fonseca Santos.

Face ao exposto, autorizo a mobilidade interna, ao abrigo dos artigos 59.º e 61.º, n.º 6, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para desempenho de funções da carreira/categoria de técnico superior, das licenciadas Ana Filipa de Sá Oliveira Gala e Ana Cristina de Carvalho da Fonseca Santos, a partir de 1 de Setembro de 2010.

Lisboa, 10 de Agosto de 2010. — O Presidente da CADA, *António José Pimpão*.

203615154



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

#### Despacho n.º 13586/2010

Considerando que o licenciado António Manuel Marques Nunes completou três anos de comissão de serviço como inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, cargo de direcção superior de 1.º grau, em 1 de Agosto de 2010;

Considerando que foi entregue o relatório dos resultados obtidos no exercício do respectivo cargo, conforme exigido no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro;

Considerando os resultados positivos evidenciados no referido relatório;

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 19.º e do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho:

1 — É renovada a comissão de serviço do licenciado António Manuel Marques Nunes para exercer funções no cargo de direcção superior de 1.º grau de inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, cujo perfil e aptidão para o desempenho do respectivo cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2010.

16 de Agosto de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### Sinopse curricular

António Manuel Marques Nunes, casado, natural de Lisboa, nascido em 10 de Agosto de 1954.

Habilitações literárias:

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia (1973-1979);

Frequência do mestrado em Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2001-2002);

Pós-graduação em Estudos Avançados em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito, da Universidade Nova de Lisboa (2007);

Mestrado em Direito e Segurança, pela Universidade Nova de Lisboa (2007-2008); Doutorando em Ciência Política, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa (2009-2011);

Curso Avançado de Gestão Pública para Altos Dirigentes da Administração Pública, do Instituto Nacional de Administração.

Carreira profissional:

1973 — ingressou na função pública no ex-Ministério do Ultramar;

1976 — técnico auxiliar de 2.ª classe do quadro do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT);

1979 — designado adjunto da presidência do IICT;

1983 — técnico superior de 2.ª classe do quadro do IICT;

1986 — nomeado chefe de divisão de Planeamento, Programação e Controlo do IICT;

1988 — nomeado director de serviços de Apoio dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa e, por inerência, membro do conselho administrativo;

1989 — nomeado director do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Sintra e, por inerência, com funções de juiz auxiliar de execuções fiscais;

1989 — designado, em acumulação de funções, assessor do vereador com o pelouro da protecção civil, encarregue da montagem do respectivo Serviço Municipal de Protecção Civil no município de Sintra e do apoio ao funcionamento da Comissão Especializada de Fogos Florestais;

1991 — nomeado, precedido de concurso público, director de serviços de Planeamento e Operações do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC);

1994 — nomeado subinspector-geral de Protecção Civil, do SNPC;

1996 — nomeado inspector superior de bombeiros (comandante-geral operacional) do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e, por inerência, membro da respectiva direcção e do conselho superior de bombeiros;

1998 — nomeado presidente do SNPC e, por inerência, presidente do conselho administrativo e membro do conselho superior de protecção civil e do Centro Nacional de Operações de Emergência de Protecção Civil;

2000 — nomeado assessor do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;

2000 — nomeado adjunto do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;

2000 — nomeado presidente da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar e, por inerência, presidente do conselho coordenador;

2001 — nomeado director-geral de Viação e, por inerência, presidente do conselho administrativo;

2006 — nomeado presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;

2007 — nomeado vogal da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade;

2007 — nomeado inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

203611022